



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- | | | | |
|-------------------------------------|------------------------------|--------|-------|
| <input type="checkbox"/> | REQUERIMENTO
(.ª) | Número | /XIII |
| <input checked="" type="checkbox"/> | PERGUNTA
(.ª) | Número | /XIII |

Assunto: TST - redução da oferta de transportes coletivos de passageiros no distrito de Setúbal

Destinatário: Ministério do Ambiente e Ação Climática

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Bloco de Esquerda teve conhecimento que grande parte do serviço de transportes públicos no distrito de Setúbal se mantém suspenso ou drasticamente diminuído por tempo indeterminado por parte das operadoras privadas que detêm as concessões de prestação de serviço público de transporte rodoviários de passageiros. Sobre este mesmo tema, em abril, o Governo respondeu a este grupo parlamentar que as restrições aos direitos de circulação justificaram as medidas de contração da oferta de transportes. Nesta fase de desconfinamento, em que as restrições à circulação foram levantadas, é da maior importância que a oferta de transportes públicos seja reposta e reforçada, adaptando-se assim às exigências de segurança e prevenção epidemiológica.

Neste momento, são várias as localidades do distrito de Setúbal que continuam sem serviço de transporte e, a título exemplificativo, apuramos que a empresa de transportes TST mantém a suspensão de inúmeras carreiras, designadamente a carreira 333 que liga o Vale da Amoreira, na Moita à Gare do Oriente, ou da carreira 207 e da 159 que vão, respetivamente de Sesimbra e da Marisol à Praça de Espanha, entre outras que ligam Cacilhas às diversas localidades dos concelhos de Almada e Seixal. Acresce ainda as queixas relativas ao incumprimento de horários e atrasos em várias carreiras, bem como da reduzida qualidade dos autocarros que não conseguem garantir as condições de conforto e de circulação de ar exigidas. Estas queixas materializaram uma petição pública a que este grupo parlamentar tomou conhecimento e da qual partilha das aspirações que visam repor as carreiras suspensas e reforçar o investimento num transporte público de qualidade e segurança.

Para além do mais a empresa recorreu ao *layoff* e colocou 340 trabalhadores em suspensão do contrato de trabalho e 140 em redução horário de trabalho. Desta forma, defendemos que a reversão desta medida e a adequação à crescente procura de transportes públicos é um primeiro passo necessário para garantir a mobilidade e segurança das populações, só assim pode ser cumprido o contrato em vigor com a empresa.

O Bloco de Esquerda entende que o serviço de transportes públicos é essencial para a garantia da mobilidade dos cidadãos a quem é indispensável o uso deste serviço para trabalhar ou aceder a serviços públicos essenciais, incluindo de saúde e que as empresas de transporte coletivo têm de contribuir para o reforço conjunto de combate à pandemia, começando por cumprir os contratos firmados e garantindo, dentro das regras de segurança que a situação impõe, a reposição e reforço dos serviços de transporte.



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Adicionalmente, as medidas de higienização dos veículos e locais de entrada e saída de passageiros assumem especial relevância na contenção da propagação do vírus Covid19, sendo fundamentais garantir a segurança de profissionais e utentes.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Não considera o Governo que o transporte coletivo de passageiros consagra um serviço essencial e que não pode ser sujeito, sob pretexto de *layoff*, à diminuição ou suspensão do serviço?
3. Considerando a necessidade de investimento na modernização da frota da TST, que medidas específicas entende o Governo tomar para garantir a mobilidade em conforto e segurança entre as localidades do distrito de Setúbal e nas ligações rodoviárias aos concelhos vizinhos através dos transportes públicos da empresa dos TST?
4. Que medidas está o Governo a tomar de forma a evitar o incumprimento dos horários e os atrasos constantes nos transportes públicos da empresa dos TST?
5. Está o Governo disponível para exigir, junto dos TST, a reposição de todas as carreiras suspensas e a reforço dos seus horários?

Palácio de São Bento, 6 de junho de 2020.

As deputadas
Isabel Pires
Joana Mortágua
Sandra Cunha